



EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 36/2024

Sistema de Registro de Preços

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, **para Registro de Preços**, do tipo menor preço, nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pela Lei n.º 14.133/2021, [Lei Complementar 123/2006](#), [Decreto Federal n.º 11.462/2023](#), [Instrução Normativa SEGES n.º 73/2022](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 03/2023](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), [Resolução CNJ n.º 468/2022](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º SEI 0015839-08.2023.8.23.8000.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DATA: 24/07/2024

HORÁRIO: 10h00min (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Código UASG: [925480](#)

1.DO OBJETO

1.1. Formação de registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de Plataforma de Experiência Digital Liferay (suporte nível GOLD) e serviços de consultoria especializada para configuração, desenvolvimento e implantação de portais, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor máximo desta licitação, para registro de preços, corresponde ao montante é de **R\$ 2.474.983,14 (dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e três reais e quatorze centavos)**.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Não será admitida a participação de empresas:

- a) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- d) proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- e) com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas nos arts. 9.º e 14 da Lei nº 14.133/21;
- f) reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- g) em processo de falência;
- h) estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

3.3. O art. 15 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de participação em certames públicos de empresas reunidas em consórcios, salvo vedação devidamente justificada, considerando como discriminatória a permissão de participação de empresas em consórcio, diversos autores, o E. STJ e entendimento do Tribunal de Contas da União, indicam que a participação de consórcios somente seria obrigatória nas licitações em que a **vultuosidade, a heterogeneidade e a inviabilidade de parcelamento material do objeto licitado tornem o universo de possíveis licitantes demasiadamente restrito**, logo, depreende-se não ser o caso da licitação em tela.

3.4. É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual n.º 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação na licitação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Os interessados poderão impugnar as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao Pregoeiro, por meio eletrônico - email: salc@tjrr.jus.br, em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.2. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

- a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;
- b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

4.4. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação.

4.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

5. DA PROPOSTA

5.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação.

5.2. A **licitante** deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada grupo, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.6.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** no cadastro dos dados da proposta no sistema *compras.gov.br* importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.7. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.8. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário previsto para a abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

7.2. A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

8.5.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

8.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 2,00 (dois reais)**.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os **licitantes** apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a. disputa final, hipótese em que os **licitantes** empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b. avaliação do desempenho contratual prévio dos **licitantes**, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c. desenvolvimento pelo **licitante** de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d. desenvolvimento pelo **licitante** de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital **licitante** ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. empresas brasileiras;
- c. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.15. Esgotadas todas as alternativas de desempate elencadas nos itens 8.13 e 8.14, será realizada nova convocação das licitantes, via Comprasnet, para que, caso tenham interesse, apresentem nova proposta no período de 03(três) horas, com preço inferior aquele que deu origem ao empate.

8.15.1. De forma a garantir a efetividade da medida, poderá ser realizado contato telefônico, por e-mail ou outro meio legítimo, comunicando aos licitantes do empate e solicitando atenção à convocação via sistema para envio de proposta com preço de desempate.

8.15.2. A menor proposta apresentada, dentre as licitantes, será a vencedora para fins de desempate.

9. DO BENEFÍCIO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

9.1.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão Eletrônico**.

9.1.2. Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

9.1.4. A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

9.2. Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no **subitem 9.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a **licitante** for considerada habilitada.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL, DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. A **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 3 (três) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, prorrogável por igual período, deverá encaminhar a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência.

11.2. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.2.1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.3. Deverá constar na proposta:

- a) a individualização da **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal da **licitante**;
- b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;
- c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e
- d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

11.4. Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o pregoeiro solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade.

11.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.4.2. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **subitem 11.4.1**, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.5. Não será aceita e será desclassificada a proposta:

- a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo pregoeiro;
- b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;
- c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;
- e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo pregoeiro;
- f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital;

11.6. O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor valor global para cada grupo.

11.7. Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam o **fornecedor registrado**.

11.8. Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem **12.2** deste edital, de acordo com os [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.1.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03h (três horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.1.2. As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.2. As licitantes deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

12.2.1. Qualificação Econômico-Financeira

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante** ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;

b) Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

12.2.2. Qualificação Técnica

a) Para fins de habilitação, a(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar os seguintes documentos:

a1) Comprovação de credenciamento junto a Liferay, por meio de declaração de parceria válida emitida pelo próprio fabricante, atestando que o parceiro possui habilitação mínima Partner Level Silver conforme Liferay's Partner Program.

a.1.1.) A certificação Liferay visa garantir ao Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) que o parceiro possui acesso integral e célere a todas as informações do fabricante para a resolução de problemas e suporte às aplicações desenvolvidas na plataforma, bem como está apto a comercializar e prestar serviços nas tecnologias Liferay.

a.2) Particularmente em relação ao **Grupo 1 (Itens 1, 2, 3 e 4)** é exigida:

a.2.1) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de 01 (um) ou mais atestados, emitido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, demonstrando que prestou ou presta satisfatoriamente serviços no fornecimento de, pelo menos, 2 (duas) subscrições Liferay DXP.

a.3) Em relação ao **Grupo 2 (Item 5)** é exigida:

a.3.1) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de 01 (um) ou mais atestados, emitido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, demonstrando que prestou ou presta satisfatoriamente serviços contemplando, no mínimo, a execução de 1600 (mil e seiscentas) horas em atividades de consultoria técnica voltada ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sítios e/ou portais utilizando a ferramenta Liferay DXP na versão comercial.

a.4) Declaração de que disponibilizará profissionais com experiência mínima de 2 (dois) anos em projetos relativos à infraestrutura da ferramenta Liferay DXP Self-Hosted (On-Premise), nível de suporte Gold;

a.4.1) A qualificação e o tempo de experiência dos profissionais deverão ser comprovados por meio da apresentação de seus currículos quando houver solicitação pelo CONTRATANTE;

a.4.2) Os dados informados nos currículos deverão ser comprovados por meio de diplomas, declarações da instituição de ensino, certificados, registros em carteira de trabalho ou contratos de trabalho assinados e serão exibidos à CONTRATANTE sempre que solicitado;

a.4.3) O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a data de início e de término da prestação dos serviços, caso já tenham sido finalizados, além de informações tais como:

- I. Razão Social, CNPJ e endereço completo da empresa Emitente;
- II. Razão Social, CNPJ e endereço completo da empresa Contratada;
- III. Número e vigência do contrato, quando aplicável;
- IV. Descrição sobre o objeto contratado, com breve descritivo do produto e/ou quantidade de horas executadas no desenvolvimento, implantação e manutenção da solução em questão;
- V. Declaração que atesta o atendimento satisfatório ao objeto da contratação;
- VI. Local e Data de Emissão;
- VII. Assinatura e identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, telefone e e-mail para contato e cargo ou função exercida junto à empresa Emitente).

a5) Os atestados que, eventualmente, não contenham todas as informações complementares constantes no item **a.4.3**, poderão ser complementados por meio de declaração complementar, emitida pela própria licitante.

a5.1) O(s) atestado(s) apresentado(s) poderá(ão) ser objeto de diligência a critério da CONTRATANTE, para a verificação da autenticidade do conteúdo. Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

a6) A exigência da comprovação de capacidade técnica é justificada pela necessidade de garantir que a(s) empresa(s) contratada(s) possua(m) o conhecimento e a experiência prévia necessários para fornecer uma solução de plataforma digital de experiência eficaz e compatível com as demandas do TJRR, dada a importância da oferta de serviços de qualidade e a garantia de uma experiência satisfatória aos usuários da plataforma.

12.3. O pregoeiro verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

d) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

12.4. As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.5. O enquadramento da **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação da **licitante**.

12.6. A **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

12.7. Quanto a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, serão observado os seguintes procedimentos:

12.7.1. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato. No entanto, o licitante ME ou EPP, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.7.2. Homologado o certame e havendo alguma restrição à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, a licitante será intimada para, no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, regularizar sua situação fiscal e/ou trabalhista, na forma prevista no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

12.7.3. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16 deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata e/ou Contrato ou revogar

a licitação.

12.8. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.9. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.10. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

12.10.1. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.11. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.12. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.13. Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

12.14. Será inabilitada a **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.15. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.16. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

13. DA AMOSTRA

13.1. Não se exigirá que a **licitante** apresente amostra do objeto licitado.

14. DO RECURSO

14.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, imediatamente após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação, ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.1.1. O prazo para protocolizar a intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, após os atos de:

a) julgamento das propostas;

b) classificação ou Desclassificação;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante

14.1.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.1.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação via sistema ou de divulgação da interposição do recurso.

14.1.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.1.5. O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.1.6. Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

14.1.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.2. Caberá às licitantes, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "compras.gov.br" a fim de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

14.3. O recurso será decidido pelo Secretário-Geral (autoridade competente).

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. A adjudicação e homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

15.2. O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante** vencedora critério menor preço porgrupo.

16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

16.2. As licitantes ou contratadas que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no edital de licitação do TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções, conforme definido em instrumento convocatório:

a. multa;

b. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;

c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

16.2.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

e. fraudar a licitação;

f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

g. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2.2. As condutas praticadas durante o procedimento licitatório em que o valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá ser cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% do valor estimado da licitação.

16.2.3. Nas condutas previstas nas alíneas "a", "b", "c", e "d", quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.2.4. Quando a conduta ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

16.3. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.4. A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007, DE 22 DE SETEMBRO DE 2023](#), e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

16.5. A sanção aplicada definitivamente será registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal, conforme o caso.

16.6. As sanções inerentes à execução contratual estão previstas no termo de referência e no contrato anexos desse edital.

17. DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a homologação do certame, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo 03 (três) dias corridos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021.

17.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

17.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

17.3. **Não será aceita cotação parcial de preços, todas as cotações lançadas serão na totalidade dos itens previstos na licitação.**

17.4. As demais disposições sobre o registro de preços estão no texto no **ANEXO V**.

17.5. O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça de Roraima - TJRR.

17.6. Nesse certame não haverá órgãos na condição de participantes.

17.7. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, e Termo de Compromisso com a Sustentabilidade, conforme o disposto no Anexo IV, deste Edital.

18. DO CADASTRO DE RESERVA

18.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

18.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

18.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto n.º 11.462/23.

18.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

19.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirada do instrumento contratual, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar de sua convocação para fornecer o objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.1.1. No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital.

19.2. Poderá ser acrescentada ao ajuste qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

19.3. Por ocasião da retirada de instrumento contratual, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se o **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

19.4. Quando a **licitante** convocada não retirar o instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para retirar, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação

19.5. As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência - Anexo I do edital.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. **Excepcionalmente**, a licitante poderá encaminhar a documentação complementar solicitada pelo pregoeiro através do e-mail: salc@tjrr.jus.br, desde que reste comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.

20.2. Os documentos remetidos por meio do sistema compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

20.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso seja solicitadas, deverão ser encaminhadas a Subsecretaria de Aquisições, Licitações e Credenciamentos, localizada no Prédio Administrativo do TJ/RR, situada na Av. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro de São Francisco, na Cidade de Boa Vista - RR - CEP 69.305.135.

20.3. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste edital ou solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

20.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

20.5. O acompanhamento e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

- 20.6.** É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 20.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.8.** Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e www.tjrr.jus.br (menu “licitações”), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.
- 20.9.** O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21.
- 20.10.** Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.
- 20.11.** A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura da Ata, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, endereço de *e-mail* e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
- 20.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.13.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.14.** São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III), Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV), Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V) e Minuta do Contrato (Anexo VI).
- 20.15.** Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Manoel Martins da Silva Neto
Subsecretária de Aquisições, Licitações e Credenciamentos

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA n.º 23/2024 – EVENTO SEI nº (2019727)

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PLATAFORMA DE EXPERIÊNCIA DIGITAL LIFERAY (SUPORTE NÍVEL GOLD) E SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA CONFIGURAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PORTAIS, PARA ATENDER DEMANDA ESSENCIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA.

1. INTRODUÇÃO

- 1.1.** Toda a ação da Administração Pública é manejada com fundamento nos princípios da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público, os quais formam o regime jurídico-administrativo constante no ordenamento jurídico nacional. Além disso, de forma expressa, o constituinte elencou no art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de sorte que os agentes públicos possuem o dever de observar em todas as suas ações tais princípios como direcional necessário tanto para a organização de ações administrativa, quanto para o possível, impactos que essas ações culminarão.
- 1.2.** A Constituição Federal trouxe como regra o dever de licitar para as contratações de empresas especializadas em obras, serviços, compras e alienações, assim todas as vezes que a Administração Pública necessita comprar produtos, ou contratar serviços deve percorrer as fases do Procedimento Licitatório, previsto na Lei 14.133/2021.
- 1.3.** É por meio do procedimento administrativo de licitar, em submissão à regra constitucional, que a administração tem a possibilidade: a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública; b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

2. OBJETO

- 2.1.** O presente instrumento tem por objeto a formação de registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de Plataforma de Experiência Digital Liferay (suporte nível GOLD) e serviços de consultoria especializada para configuração, desenvolvimento e implantação de portais, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
- 2.2.** A contratação em tela trata-se de serviço, o qual de acordo com o inciso XI, do art. 6º da Lei 14.133/2021 são atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração.. Trata-se de serviço comum, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII, art. 6º).
- 2.3. Da Especificação do Objeto**
- 2.3.1.** O objeto deverá ser executado conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, atendendo às seguintes especificações mínimas descritas abaixo:

GRUPO 1 - SUBSCRIÇÕES (12 meses)	
Item 1 - Subscrição Anual de Plataforma DXP - Ambiente de Produção e Item 2 - Subscrição Anual de Plataforma DXP - Ambiente de Não-Produção	
Aquisição de subscrição do software Liferay Enterprise Edition DXP 7.4, ou superior, para ambientes de produção e não produção, pelo período de 12 (doze) meses, com serviço de suporte Gold.	
a. A subscrição deverá ser nominal à CONTRATANTE e prever o licenciamento perpétuo da plataforma;	
b. Cada instância de ambiente Liferay poderá ser aplicada em servidores com 8 vCPU, instalada localmente nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (on-premise), com capacidade de alta disponibilidade (HA);	

- c. A subscrição Gold deverá contemplar suporte técnico em horário comercial 8x5 (8 horas por dia, 5 dias por semana) e tempo máximo de resposta para início de atendimento de até 4 (quatro) horas úteis para chamados de severidade crítica.
- d. A CONTRATADA deverá disponibilizar, em até 10 dias úteis após o recebimento de Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE, a subscrição da Solução Liferay DXP e executar todas as ações necessárias para o início da implantação dos ambientes digitais na plataforma, compreendendo, mas não limitado a:
 - i. Fornecimento de licenças e subscrições, a cessão do direito de uso, contemplando o suporte da equipe Liferay, e o conjunto de ações necessárias para a instalação, a configuração e a disponibilização da solução. Deverão ser fornecidas pela CONTRATADA todas as licenças necessárias para o funcionamento da plataforma Liferay DXP e;
 - ii. Fornecimento de todas as instruções, manuais e documentações necessários para a instalação, configuração e operação da plataforma, preferencialmente no idioma português (Brasil), bem como acesso à sua base de conhecimento técnico.
- e. O fornecimento de suporte técnico e atualização da aplicação pelo mesmo período de validade da subscrição.
- f. Deverá prover estabilidade de longo prazo do software e atualização da versão, em número ilimitado de registro de incidentes;
- g. Entende-se por “atualização da versão” o fornecimento de novas funcionalidades, correções de bugs, disponibilização de “plug-ins” e “fix” de segurança corretivo ou evolutivos da versão do software, lançadas durante o período de garantia. A cada nova liberação, a CONTRATADA deverá fornecer as atualizações de manuais e demais documentos técnicos, bem como nota informativa das novas funcionalidades implementadas.

Item 3 - Serviço Empresarial de Busca e Análise de Dados de Alto Desempenho - Ambiente de Produção e Item 4 - Serviço Empresarial de Busca e Análise de Dados de Alto Desempenho - Ambiente de Não-Produção

- a. Mecanismo de busca e indexação aberto para todos os tipos de dados, incluindo textuais, numéricos, geoespaciais, estruturados e não estruturados. Padrão integrado no Liferay DXP, deve fornecer recursos de monitoramento, tuning e pesquisas em escala;
- b. Deverá possibilitar suporte profissional, realizado por uma equipe capacitada e preparada do fabricante para atender o chamado conforme exigências de formação técnica e acordos de níveis de serviços previstos neste estudo;
- c. Deve prover suporte a um ambiente operacional constituído por um ou mais computadores, até o limite de 8 (oito) processadores instalados, independentemente de partições virtuais ou físicas, para a versão Liferay Enterprise Edition DXP 7.4, ou superior;
- d. O fornecimento de suporte técnico e atualização da aplicação pelo mesmo período de validade da subscrição.
- e. Deverá prover estabilidade de longo prazo do software e atualização da versão, em número ilimitado de registro de incidentes;
- f. Entende-se por “atualização da versão” o fornecimento de novas funcionalidades, correções de bugs, disponibilização de “plug-ins” e “fix” de segurança corretivo ou evolutivos da versão do software, lançadas durante o período de garantia. A cada nova liberação, a CONTRATADA deverá fornecer as atualizações de manuais e demais documentos técnicos, bem como nota informativa das novas funcionalidades implementadas.

GRUPO 2 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA À PLATAFORMA (24 meses - sob demanda)

Item 5 - Serviço de consultoria especializada contemplando a instalação, configuração, desenvolvimento, implantação e manutenção de portais e sítios do TJRR

A CONTRATADA deverá disponibilizar até 4032 (quatro mil e trinta e duas) horas anuais em serviços técnicos especializados para implantação da Solução Liferay DXP, contemplando todas as ações necessárias para que o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima possa iniciar a utilização da solução, bem como para execução de demandas de planejamento e desenvolvimento de novos ambientes, manutenções de natureza evolutiva ou corretiva, em tecnologia Liferay ou em tecnologias compatíveis, além de manutenção geral à ferramenta, compreendendo, mas não limitado a:

- a. A CONTRATADA será a responsável pelo serviço de instalação e configuração da plataforma Liferay Enterprise Edition DXP 7.4, ou superior;
- b. Definir, em comum acordo com a CONTRATANTE, as configurações e parametrizações necessárias para suportar a implantação e uso da DXP, contemplando ambientes de desenvolvimento, homologação e produção;
- c. Importar e/ou replicar e manter atualizado o Design System da CONTRATANTE na plataforma Liferay DXP;
- d. Estruturar, implementar e montar, no âmbito da ferramenta, os portais, sites, subsites, páginas webs, landing pages, hotspots e domínios que serão demandados, compreendendo a implantação de templates, layout, testes de usabilidade, desenvolvimento de microssistemas de gerenciamento de conteúdo e outras ações necessárias nesta etapa, mitigando possíveis riscos;
- e. Estruturar, desenvolver, implementar e montar as aplicações complementares à ferramenta Liferay DXP, em tecnologias compatíveis à ferramenta, com vistas à integração tecnológica, compreendendo a arquitetura tecnológica da aplicação, plano de integração, plano de gerenciamento, layout, testes de usabilidade, desenvolvimento, deploy e outras ações necessárias, mitigando possíveis riscos;
 - i. Entende-se por aplicações complementares todas aquelas cujo desenvolvimento se mostrar mais satisfatório em tecnologias externas à Liferay DXP, sempre com vistas à integração com a mesma, ou na forma de portlets web em outras linguagens que não sejam Java (como Ruby, PHP, Python etc.), que possam ser acrescentados às páginas dos sites, considerado para tal decisão critérios técnicos / tecnológicos e financeiros, sempre com a consultoria da CONTRATADA e aprovação final da CONTRATANTE.
 - ii. Entende-se por tecnologias compatíveis todas aquelas cuja integração com a Liferay DXP se apresenta mais fácil e rápida.
 - iii. Nos casos em que se optar pelo desenvolvimento externo à Liferay DXP, a CONTRATADA deverá realizar o deploy nos servidores internos da CONTRATANTE.
- f. Para cada nova demanda/projeto, após a formalização da necessidade a ser atendida, o orçamento e o planejamento de recursos da CONTRATADA devem ser executados sem custo adicional para a CONTRATANTE e a prestação de serviços deve começar somente após a formalização do aceite do orçamento;
- g. Antes do início da execução de novos projetos de portais, sites, subsites, páginas web, landing pages, hotspots, dentre outros, deverá ser apresentado pela CONTRATADA um plano de trabalho, a ser aprovado pela CONTRATANTE, que deverá contemplar:
 - i. Cronograma de trabalho, contemplando descrição de entregáveis, seus prazos e estimativas de horas;

- ii. Previsão de alocação de profissionais da CONTRATADA elencando os perfis necessários como Arquiteto de Soluções Digitais, Consultor da Solução Liferay DXP, Desenvolvedor Frontend, Desenvolvedor Backend, Analista de Qualidade, entre outros a serem designados conforme a demanda e necessidade específica do projeto ou atividade a ser desenvolvida;
- h. Realizar as parametrizações e configurações, desenhar e executar planos de testes de qualidade e das customizações e integrações, coletando evidências dos testes de sites, páginas, novas funcionalidades, customizações e integrações, realizar os ajustes identificados e as documentações necessárias, conforme definido na fase de planejamento;
- i. Apoiar na identificação e definição dos principais indicadores e métricas de qualidade para os sites e aplicações, bem como disponibilizar painéis e informações para acompanhamento de performance dos ambientes, com dados de acessos, usuários, sessões, pageviews, etc.;
- j. Desenhar e construir a arquitetura das soluções, das customizações e integrações, contemplando:
 - i. Desenho, construção, documentação e testes de integrações com as soluções previstas neste estudo;
 - ii. Desenho, construção, documentação e testes de integrações com os sistemas externos e com o serviço de diretório (LDAP, Active Directory etc) da CONTRATANTE, bem como possíveis sistemas de parceiros da CONTRATANTE;
- k. Realizar o desenho, o desenvolvimento, a implementação, a atualização e a publicação de customizações e integrações em projetos novos ou a título de evolução nos projetos existentes, bem como fazer os testes, a análise e o detalhamento técnico e a documentação das novas funcionalidades, customizações e integrações solicitadas pela CONTRATANTE;
- l. Realizar, no decorrer do desenvolvimento, os testes de qualidade, a publicação e a sustentação e/ou manutenção das novas funcionalidades, customizações e integrações;
- m. Identificar, acompanhar e mitigar riscos ou potencialização de oportunidades nas customizações, integrações e novos projetos;
- n. Contribuir proativamente identificando e apresentando proposições de melhorias e/ou novas demandas relacionadas a customizações e integrações;
- o. Apoiar na construção e detalhamento dos processos de governança e gestão de sites e conteúdo, bem como a construção de fluxos de aprovações, segmentações e outras funcionalidades afins;
- p. Realizar e apoiar as atividades relacionadas à governança e ciclo de vida dos produtos digitais, das customizações e das integrações;
- q. Apoiar as atividades de planejamento da CONTRATADA, seja com fornecimento de insumos e informações técnicas a respeito das possibilidades tecnológicas da ferramenta, seja operacionalizando atividades relativas a UX/UI, UXW e Web Analytics, quando se fizer necessário e havendo demanda para tal;
- r. Elaborar e manter atualizada a documentação necessária referente a todos os artefatos ligados às customizações e integrações, em projetos novos ou evolução;
- s. Realizar atividades de desenvolvimento, edição, publicação, atualização e gestão de sites e seus conteúdos, sob demanda, principalmente em situações em que a demanda for de natureza complexa aos conhecimentos dos times da CONTRATANTE, além de prestar apoio aos times da CONTRATANTE quanto à criação, edição, publicação, atualização e gestão dos sites e seus conteúdos;
- t. Apoiar na resolução de incidentes, atuando na análise de causa raiz e na solução do problema em si;
- u. Realizar a sustentação e a manutenção das customizações, aplicações e integrações desenvolvidas pela CONTRATADA e apoiar quanto às automações e desenvolvimentos realizados pela equipe interna da CONTRATANTE;
- v. Realizar demandas de manutenção evolutiva, tais como modificações não previstas nas fases de planejamento, concepção e construção, com o intuito de melhorar a qualidade dos produtos digitais, acrescentando novas funcionalidades, melhorando seu desempenho, ou até mesmo modificando seu código-fonte para implementar melhorias e adaptações de acordo com a necessidade da CONTRATANTE.
- w. Realizar demandas de Manutenção Corretiva, tais como correção de erros não identificados na fase de teste ou ajustes que possam ser necessários após a implementação do produto, observados os critérios estabelecidos no sítio <https://simplificar.tjrr.jus.br/fluxos-do-apoio-indireto-a-atividade-judicante/tecnologia-da-informacao>, quanto aos processos relativos na área de Gestão da Tecnologia da Informação;
- x. Disponibilizar, a cada projeto, o plano de métricas, a fim de mensurar o desempenho e o impacto das funcionalidades e melhorias implementadas nos produtos digitais desenvolvidos. Esta implementação inclui a inserção dos códigos, configurações e ajustes na plataforma, tags de acompanhamento (Google Analytics, Google Tag Manager, dentre outros) nas páginas do produto digital, bem como as demais configurações que se fizerem necessárias, prestando suporte e realizando esclarecimentos técnicos, sempre que necessário.
- y. Fornecer um painel de tipo dashboard configurável que apresente as informações em tempo real, demonstrando, entre outros, o status do gerenciamento do projeto relacionado ao plano de métricas estabelecido neste contrato. O painel de dashboard deverá abranger, mas não se limitar, aos seguintes elementos:
 - i. Taxa de Entrega: Visualização do número de funcionalidades entregues em relação ao total planejado, destacando o progresso do projeto conforme os marcos estabelecidos;
 - ii. Qualidade do Código: Gráficos mostrando o percentual de defeitos identificados no código e sua evolução ao longo do tempo, permitindo uma avaliação contínua da qualidade do desenvolvimento;
 - iii. Satisfação do Usuário: Relatórios das pesquisas de satisfação dos usuários finais, com métricas de avaliação da usabilidade, performance e funcionalidades da plataforma Liferay implantada;
 - iv. Tempo Médio de Resolução de Defeitos: Monitoramento do tempo médio necessário para resolver defeitos identificados, proporcionando uma visão clara da eficiência na gestão de problemas;
 - v. Adoção da Plataforma: Gráficos que representam o número de usuários registrados nos portais e a taxa de utilização das funcionalidades após a implantação, permitindo uma análise da aceitação e adoção da plataforma pelos usuários;
 - vi. Disponibilidade do Sistema: Indicadores de tempo de disponibilidade dos portais Liferay, destacando possíveis períodos de inatividade e ações corretivas adotadas;
 - vii. Eficiência de Desempenho: Monitoramento do tempo de resposta das páginas e transações do sistema, evidenciando eventuais gargalos de performance e oportunidades de otimização;
 - viii. Custos do Projeto: Relatórios comparativos entre as despesas reais e o orçamento planejado para a implantação da plataforma Liferay, auxiliando na gestão financeira do projeto;
 - ix. O painel de dashboard deverá ser configurável, permitindo ajustes de acordo com as necessidades específicas do TJRR e oferecendo uma interface intuitiva e de fácil interpretação para os gestores do projeto.

2.4. Os serviços de implantação da solução serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá prover todos os softwares, licenças e tudo que se fizer necessário, inclusive os demais custos envolvidos na implantação (passagens, diárias e deslocamento de técnicos, caso necessário), de forma a garantir o funcionamento da solução.

2.5. Do Cronograma

2.5.1. O prazo da entrega das subscrições, itens 1, 2, 3 e 4, será até 10 (dez) dias úteis, após o recebimento de Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

2.5.2. Deverá ser realizada uma reunião de alinhamento inicial, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

2.5.3. Os serviços contemplados pelo item 5 serão prestados sob demanda, sendo formalizados por meio da emissão de Ordem de Serviço, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE e cronograma de atividades a seguir.

2.5.3.1. Para cada demanda a CONTRATADA deverá elaborar um Plano de Atividades, que deverá conter no mínimo:

- o escopo e o detalhamento das atividades que serão realizadas;
- os produtos e artefatos que serão gerados;
- a identificação da equipe técnica envolvida;
- o cronograma detalhado com os prazos e o planejamento de início e de entrega dos serviços e produtos de software;
- as prováveis restrições, riscos e pré-requisitos existentes;
- a matriz de responsabilidades;
- a quantidade efetiva de horas necessárias para a realização da(s) atividade(s).

2.5.4. A prestação dos serviços poderá ocorrer de forma presencial ou remota (quando possível e autorizado pela CONTRATANTE) sob o acompanhamento da unidade responsável pela gestão contratual, Subsecretaria de Sistemas, localizada na Sede Administrativa - Ed. Luiz Rosalvo Indrusiak Fin, Av. Cap. Ene Garcez, N. 1696, Bairro: São Francisco, CEP: 69305-135, telefone (95) 3198-2825, conforme cronograma de atividades a seguir:

Etapas	Descrição da Atividade	Início	Duração em dias úteis	Responsável
1	Reunião inicial	Após assinatura do contrato	até 10	CONTRATANTE
2	Ordem de serviço	Após a reunião inicial	5	CONTRATANTE
3	Instalação e configuração da solução	Após a reunião inicial	5	CONTRATADA
4	Apresentar Plano de Atividades	Após recebimento da Ordem de serviço	até 10	CONTRATADA
5	Aprovar Plano de Atividades	Após apresentação do Plano de Atividades	até 5	CONTRATANTE
6	Início dos serviços	Após aprovação do Plano de Atividades	até 5	CONTRATADA

2.6. Do Suporte e Manutenção

2.6.1. Deverá ser assegurado os serviços de suporte técnico durante toda a vigência do contrato, incluindo ações de manutenção, correção, atualização, dentre outras necessárias ao pleno funcionamento da solução.

2.6.2. A solução deverá ter suporte técnico no Brasil, com um centro de suporte e atendimento totalmente em idioma português do Brasil, e uma disponibilidade mínima em regime 8x5 (8 horas por dia, 5 dias por semana).

2.6.3. O suporte técnico da solução deverá ser em dias úteis (de segunda a sexta-feira), das 9h às 17h no horário de Brasília/DF, com a disponibilização de canais de comunicação (sítio/portal eletrônico, telefone e/ou e-mail) para registros de aberturas de chamados técnicos e controles de atendimento.

2.6.4. Os chamados serão abertos pela CONTRATANTE, fornecendo as informações pertinentes ao problema (descrição, nível de severidade, data e hora, responsável pela solicitação, etc.)

2.6.5. O prazo para o início do atendimento será contado a partir da comunicação feita pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.

2.6.6. Os chamados registrados durante a vigência do contrato deverão ser atendidos pela CONTRATADA mesmo que a sua conclusão extrapole o período de vigência.

2.6.7. O suporte técnico poderá ser realizado de forma local (a ser realizado nas dependências do Tribunal de Justiça do Roraima) ou através de acesso remoto (quando possível e autorizado pela CONTRATANTE).

2.6.8. A CONTRATADA poderá solicitar um prazo adicional quando houver comprovada necessidade em função da complexidade do serviço a ser executado, ficando a critério da CONTRATANTE, aceitar ou não as justificativas e o novo prazo apresentado pela CONTRATADA. Não sendo aceito pela CONTRATANTE a justificativa do prazo adicional, o serviço deverá ser realizado nos prazos determinados no item 2.6.13.1.

2.6.9. O serviço inclui a disponibilização de todas as atualizações pertinentes às subscrições contratadas, incluindo patches, fixes, correções, updates, service packs, novas releases, builds e funcionalidades, bem como o provimento de upgrades, englobando, inclusive, versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de vigência do contrato.

2.6.10. A atualização de versão compreende o fornecimento de novas versões, corretivas ou evolutivas da solução, lançadas durante o período de vigência do contrato, mesmo em caso de mudança de designação de nome do software.

2.6.11. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, através de documento ou e-mail, sempre que for publicada uma nova versão da solução, acompanhada de relatório, em língua portuguesa, informando as novas implementações disponibilizadas na versão lançada. Nesse caso, deverá ser disponibilizado à CONTRATANTE as novas versões dos programas licenciados dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis de seu recebimento no Brasil para download, sem ônus adicional.

2.6.12. A decisão de atualizar ou não a solução, bem como o momento adequado para fazê-lo, é de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE.

2.6.13. Níveis Mínimos de Serviço

2.6.13.1. Os chamados reportados para o suporte técnico serão classificados de acordo com o nível de severidade e deverão ser iniciados conforme os níveis mínimos de serviço definidos a seguir:

Nível de Severidade	Descrição	Tempo para início do atendimento
Severidade 1 Crítica	Perda total do serviço, com interrupção ou agravamento severo, resultando na completa indisponibilidade da solução.	4 (quatro) horas úteis
Severidade 2 Alta	Perda significativa do serviço com funcionalidades importantes indisponíveis. A solução continua disponível, contudo de forma limitada e precária.	1 (um) dia útil

Nível de Severidade	Descrição	Tempo para início do atendimento
Severidade 3 Média	Perda do serviço é mínima, com o problema ou erro causando impacto limitado e não interferindo na utilização da solução.	2 (dois) dias úteis
Severidade 4 Baixa	Consultas técnicas, solicitações de informações, melhorias ou esclarecimentos sobre documentação e utilização da solução, sem que haja impacto na operação nem perda de serviço.	2 (dois) dias úteis

2.6.13.2. No caso de reclassificação do nível de severidade, os prazos serão iniciados a contar da data do evento da reclassificação.

2.6.13.3. No caso em que a solução apresentada pela CONTRATADA não corrigir o defeito ou não produzir o efeito esperado, a CONTRATANTE deverá comunicar o não recebimento da solução. Nesse caso, a contagem do tempo de correção será retomada do ponto e severidade em que foi interrompida.

2.6.13.4. Chamados fechados sem a anuência da CONTRATANTE deverão ser reabertos, e os prazos serão contados a partir da abertura original do chamado.

2.6.13.5. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA emitirá relatório referente ao atendimento, contendo o número do chamado, a data e a descrição do atendimento, orientações à CONTRATANTE que forem necessárias, bem como a aceitação do técnico da CONTRATANTE para os serviços prestados.

2.6.13.6. O sistema de abertura de chamados deverá fornecer relatório dos chamados técnicos realizados mensalmente, contendo as seguintes informações:

- Relação dos chamados ocorridos no período, incluindo data e hora de início e término do atendimento;
- Identificação do problema;
- Severidade;
- Providências adotadas para o diagnóstico e solução; e
- Identificação do técnico responsável.

2.7. Da Segurança

2.7.1. Não será permitida à CONTRATADA a divulgação sem prévia autorização de informações confidenciais pertencentes ou custodiadas pelo TJRR às quais tiver acesso em decorrência da prestação do objeto, devendo a CONTRATADA assinar o TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/TJRR (ANEXO II) e garantir o seu cumprimento em conformidade às disposições nele presentes.

2.7.2. Deverá estar em conformidade com padrões de segurança reconhecidos internacionalmente, como ISO 27001.

2.7.3. A CONTRATADA deverá garantir a proteção de dados conforme a legislação em vigor, em especial os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, bem como estar alinhado com a política de segurança de tecnologia da informação do TJRR.

2.8. Da Propriedade Intelectual e da Informação

2.8.1. Todos os direitos referentes à propriedade intelectual sobre os documentos, artefatos, produtos e conhecimentos produzidos em decorrência da prestação dos serviços contratados deverão ser integralmente assegurados ao TJRR, sem quaisquer restrições ou condições adicionais.

2.8.2. Não poderá ser utilizado pela CONTRATADA na prestação dos serviços qualquer componente de software, no todo ou em parte, que infrinja direitos referentes à propriedade intelectual, comercial ou de qualquer natureza de terceiros.

2.9. Garantia dos Serviços

2.9.1. Durante o prazo de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá prestar a garantia dos serviços executados/produtos desenvolvidos contra qualquer defeito de fabricação que o objeto venha a apresentar ou de execução dos serviços, mesmo após ocorrida sua aceitação/aprovação pela CONTRATANTE.

2.9.2. Dentro do período de garantia, a correção de erros ou falhas nos artefatos e/ou serviços entregues pela CONTRATADA deverá ser efetuada sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes neste instrumento.

3.2. Justificativa

3.2.1. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR) tem como missão “Realizar Justiça para a Promoção da Paz Social”. Dessa forma as diversas áreas do TJRR produzem seu conteúdo e serviços disponibilizados para acesso e uso a toda sociedade no Portal TJRR e na Intranet para seus servidores.

3.2.2. Atualmente são utilizadas diversas soluções de tecnologia da informação para o gerenciamento, manutenção, publicação e edição de conteúdo no Portal e Intranet, que atendem parcialmente às demandas, por serem tecnologias com recursos e funcionalidades limitadas.

3.2.3. A gestão e necessidade de alta disponibilidade desse conjunto de soluções ganha complexidade tendo em vista se tratar de diversos endereços, modos de acessos e serviços agregados ao longo dos anos, quais sejam:

Item	Descrição	Link de Acesso
01	Portal Internet TJRR	https://www.tjrr.jus.br
02	Intranet	https://intranet.tjrr.jus.br
03	Transparência	https://transparencia.tjrr.jus.br
04	Estatística	http://estatistica.tjrr.jus.br
05	CPL - Licitação	http://cpl.tjrr.jus.br
06	EJURR	http://ejurr.tjrr.jus.br
07	Simplificar	http://simplificar.tjrr.jus.br
08	VEPEMA	http://www.tjrr.jus.br/vepema
09	Gestão Estratégica	http://estrategia.tjrr.jus.br
10	STI	http://sti.tjrr.jus.br
11	NPI	https://npi.tjrr.jus.br
12	Qualidade	https://qualidade.tjrr.jus.br
13	Sustentabilidade	https://sustentabilidade.tjrr.jus.br
14	Espaço da Memória	http://memoria.tjrr.jus.br

15	Memorial	https://www.tjrr.jus.br/eventos/index.php/memorial
16	Balcão Virtual	https://balcaovirtual.tjrr.jus.br/inicio
17	Covid-19	https://sites.google.com/tjrr.jus.br/tjrr-covid19
18	Corregedoria	https://cgj.tjrr.jus.br
19	Legislação (Antigo)	http://legislacao.tjrr.jus.br

3.2.4. Com o avanço tecnológico ocorrido nos últimos anos, as soluções atuais estão defasadas e não conseguem evoluir da forma esperada, dificultando a transformação digital esperada com a efetivação da Resolução CNJ nº 370, de 08 de janeiro de 2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

3.2.5. Considerando a necessidade de se encontrar uma solução mais moderna para abranger todas as demandas, chega-se à conclusão de que para efeito de parâmetros das plataformas tradicionais de Sistema de Gestão de Conteúdo (*Content Management System* - CMS) deve-se considerar como referência as Plataformas de Experiência Digital (*Digital Experience Platforms* - DXP).

3.2.6. As Plataformas de Experiência Digital (DXPs) são uma categoria de software enterprise que busca atender às necessidades de empresas em processo de Transformação Digital, com o objetivo final de proporcionar melhores experiências ao seu público-alvo. Pode se tratar de uma única solução, mas são muitas vezes um conjunto de soluções que funcionam conjuntamente. Uma arquitetura diferenciada fornecida neste tipo de plataforma permite digitalizar operações organizacionais, entregar experiências consistentes e reunir insights relevantes sobre o público. Nesse sentido, destaca-se que a solução a ser contratada necessita contemplar funcionalidades como gestão de conteúdo, colaboração, gestão eletrônica de documentos, integração e plataforma de desenvolvimento de aplicações web.

3.2.7. Ainda na busca de uma solução corporativa com o olhar da transformação digital, é necessário ainda que a contratação abranja o conjunto de ações necessárias para a instalação, configuração, desenvolvimento e manutenção de portais e sites, considerando a falta de servidores com expertise, bem como em número suficiente para atender à demanda do TJRR.

3.2.8. Devido à complexidade e especificidade das operações efetuadas nesses ambientes, também pode ser eventualmente necessária a contratação de serviços de consultoria especializados para a solução, garantindo a qualidade e eficiência dos serviços prestados e sua manutenção.

3.2.9. Cumpre ressaltar que a contratação tem por objetivo proporcionar, assim, serviços de tecnologia de informações atualizados, que por sua vez permite aumento de eficiência, economia de recursos, alto grau de satisfação e alcance de expectativas da sociedade em relação ao papel do TJRR como organização pública. Para além disso, agregar funcionalidades ao Portal TJRR tendo em vista atender novas necessidades de informação dos usuários, assim como incrementar funcionalidades à Intranet Corporativa, no intuito de melhorar a comunicação interna e agilizar a execução de atividades de trabalho pelos servidores.

3.3. Alinhamento Estratégico

3.3.1. A contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, período de 2021 - 2026 e no Plano Anual de Contratações 2024:

Planejamento Estratégico Institucional 2021 – 2026	
Perspectiva:	Orçamento e Tecnologia
Alinhamento:	Macrodesafio 12 do CNJ: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
Objetivo estratégico:	OE9. Assegurar a transformação digital e a segurança da informação
Diretrizes:	Realizar a integração de sistemas; Aprimorar as funcionalidades dos sistemas; Aprimorar a segurança da informação; Manter e evoluir a infraestrutura de TI.
Indicador:	IE 9.4: Índice de disponibilidade do poder computacional;
Fórmula de cálculo:	Média de consumo de recursos nos períodos de pico no período de aferição
Metas:	2023: a definir; 2024: a definir; 2025: a definir; 2026: a definir;
Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC 2023- 2025	
Objetivo:	Promover a Transformação Digital
Iniciativas:	Integrar os portais do TJRR
Metas:	90%
Plano Anual de Contratações - PAC 2024	
Item:	26

3.4. Objetivos

3.4.1. A contratação da solução visa alcançar os seguintes resultados:

- Modernização tecnológica: Atualização e modernização das soluções de tecnologia da informação existentes;
- Conformidade: Alinhamento com os requisitos estabelecidos na Resolução CNJ nº 370/2021, de modo a atender às diretrizes de transformação digital no âmbito judicial;
- Eficiência operacional: Aumento da eficiência operacional por meio da automação de processos, agilizando o acesso e a gestão de informações para os usuários internos e externos;
- Economia de recursos: Redução de custos operacionais por meio da otimização de processos, eficiência no gerenciamento de conteúdo e uso efetivo de recursos tecnológicos;
- Segurança da informação: Aprimoramento da segurança da informação e a gestão dos dados, protegendo as informações confidenciais e sensíveis do Tribunal;
- Desenvolvimento ágil: Rápida implementação de novos recursos e funcionalidades às aplicações web;

- g. Manutenção e atualização: Garantia de serviços de manutenção e atualização para acompanhar as mudanças tecnológicas e as necessidades em evolução do TJRR;
- h. Identidade visual coesa: Manutenção e fortalecimento da identidade visual do TJRR nos portais, proporcionando uma experiência coesa e reconhecível para os usuários;
- i. Comunicação Interna Aprimorada: Incremento nas funcionalidades da Intranet Corporativa para melhorar a comunicação interna e facilitar a execução de atividades pelos servidores; e
- j. Satisfação dos usuários: Atendimento das expectativas da sociedade em relação aos serviços prestados, proporcionando transparência e acesso efetivo à informação, além melhoria significativa na experiência do usuário ao acessar o Portal TJRR, proporcionando interfaces intuitivas, ágeis e funcionais.

3.5. Referência aos Estudos Preliminares

3.5.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Formalização de Demanda (DFD) e os Estudos Preliminares, encaminhados pela Subsecretaria de Sistemas, ambos constantes no Processo SEI n.º 0015839-08.2023.8.23.8000.

3.6. Análise de Mercado de TIC

3.6.1. Considerando as necessidades e requisitos da demanda descritos no item 3 dos Estudos Técnicos Preliminares, visualizou-se no mercado de TIC 3 (três) alternativas de solução:

- a. **Solução 1:** Utilização de Software Público Brasileiro;
- b. **Solução 2:** Desenvolvimento de uma solução de software pelo TJRR e;
- c. **Solução 3:** Contratação de software proprietário

3.6.2. Conforme item 3.2 dos Estudos Técnicos Preliminares, constatou-se que a contratação de software proprietário apresenta mais elementos que justifiquem a sua escolha como solução mais vantajosa para a Administração.

3.7. Benefícios

3.7.1. A escolha da solução visa os seguintes benefícios:

- a. Flexibilidade e agilidade no atendimento às demandas: A plataforma Liferay DXP oferecerá flexibilidade para adaptação das diversas demandas relacionadas à criação e manutenção de conteúdos e experiências dos canais de interação digitais, permitindo uma resposta ágil e eficaz às solicitações e uma gestão eficiente dos recursos disponíveis.
- b. Produtividade no desenvolvimento: Com recursos avançados e uma interface amigável, a plataforma Liferay DXP facilitará o processo de desenvolvimento e gerenciamento dos sites e portais, acelerando o tempo de entrega e aumentando a capacidade de resposta das equipes.
- c. Promoção de experiência digital aprimorada: A implementação da plataforma Liferay DXP proporcionará uma experiência digital otimizada para os clientes externos e internos do Tribunal de Justiça de Roraima, promovendo a distribuição consistente e inteligente dos conteúdos legados, bem como uma interação mais eficaz e satisfatória com os serviços oferecidos pelo órgão.

3.7.2. Para além disso, tem-se ainda os benefícios diretos e indiretos a seguir:

- a. Proporcionar serviços de tecnologia de informações atualizados, promovendo o aumento da eficiência, economia de recursos e, acima de tudo, elevado grau de satisfação, cumprindo as expectativas da sociedade em relação ao papel do TJRR como uma instituição pública;
- b. Enriquecer o Portal TJRR para atender às novas necessidades de informação dos usuários e aprimorar a Intranet Corporativa, otimizando a comunicação interna e agilizando as atividades dos servidores;
- c. Realizar uma transformação completa, que permita ao TJRR enfrentar os desafios digitais com eficácia e excelência.

3.8. Impacto ambiental

3.8.1. A empresa CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o [art. 225 da Constituição Federal de 1988](#), em conformidade com a Lei 14.133/2021.

3.8.2. A CONTRATADA deverá adotar, na execução dos serviços, práticas de sustentabilidade ambiental, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização, nos termos estabelecidos na Resolução Nº 468 de 15/07/2022, Art. 33, Caput. Serão observados em todas as contratações de bens e serviços critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133/2021.

3.8.3. A empresa CONTRATADA deverá observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, bem como as boas práticas estabelecidas na [Resolução nº 400/2021](#), pelo Plano de Logística Sustentável do CNJ e o Plano de Logística Sustentável 2021 a 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

4. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO

4.1. Da Natureza do Objeto da Contratação

4.1.1. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitações e contratos administrativos, observamos que o objeto em questão pode ser especificado objetivamente com base em padrões usuais do mercado. Portanto, consideramos que esta contratação se enquadra como bem ou serviço comum, conforme definido na referida lei.

4.1.2. A contratação em tela trata-se de serviço, o qual de acordo com o inciso XI, do art. 6º da Lei 14.133/2021 são atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração.. Trata-se de serviço comum, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII, art. 6º).

4.1.3. Em consideração ao conceito de fornecimentos e serviços contínuos, apresentado nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, e tendo em vista que a necessidade de sustentação da solução, através de serviços de suporte técnico e demais a ela relacionados, se estende ao longo do tempo, resta o entendimento de prestação continuada, em favor de assegurar a manutenção e operacionalidade do objeto contratado e consequentemente do desenvolvimento habitual das atividades administrativas do órgão.

4.2. Do Parcelamento e Adjudicação

4.2.1. Ao analisar a descrição do objeto, resta o entendimento de que a demanda consiste em uma solução que envolve o fornecimento de subscrições, incluindo suporte técnico, bem como serviço de consultoria especializado, de forma que tais elementos estão correlacionados e são partes essenciais da solução proposta. No entanto, conforme item 3.3. Pesquisa de Preços de Mercado dos referidos Estudos Técnicos Preliminares, bem como na análise da disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública (item 3, a), observa-se a possibilidade de empresas diferentes fornecerem a solução.

4.2.2. O objeto deste estudo constitui-se de grupos de itens que guardam compatibilidade entre si, sendo fornecidos por empresas atuantes no mesmo segmento de mercado e destinados a um único local, de modo que seu agrupamento não representa desafio à competitividade, pelo contrário, permite que um número maior de interessados participe da disputa, ao passo que o valor do grupo de itens torna-se mais atrativo, pois viabiliza a obtenção de melhores propostas. Dessa maneira, esse formato se revela não apenas econômico e tecnicamente viável, mas colabora ainda para a não elevação do custo da contratação, tampouco afeta a integridade do objeto pretendido.

4.2.3. Assim sendo, em especial atenção ao disposto no artigo 40, §2º, incisos I e III da Lei nº 14.133/21, a estratégica a ser adotada será o agrupamento de itens, visando o maior número de interessados em participar da licitação sem prejudicar o ganho da aquisição em escala, razão capital da realização das licitações, pois optou-se pela divisão deste certame em 2 (dois) grupos, podendo ser adjudicados a mesma empresa ou a empresas distintas, sempre em respeito a mais ampla competição.

4.2.4. Ademais, o agrupamento de itens no formato disposto neste estudo permite um gerenciamento e fiscalização mais eficazes, pois facilita o acompanhamento, simplifica a detecção de possíveis problemas e a atribuição de responsabilidades, aumentando, assim, o controle sobre a execução contratual.

4.2.5. Dado o entendimento quanto a viabilidade do parcelamento e tendo em vista mitigar os riscos e proporcionar melhor gestão e maior qualidade na execução dos serviços prestados, a adjudicação dar-se-á por menor preço global por grupo.

Grupo	Item	Descrição	Qtd.	Unid.
SUBSCRIÇÕES (12 meses)				
1	1	Subscrição Anual de Plataforma DXP - Ambiente de Produção	2	Instância
	2	Subscrição Anual de Plataforma DXP - Ambiente de Não-Produção	3	Instância
	3	Serviço Empresarial de Busca e Análise de Dados de Alto Desempenho - Ambiente de Produção	3	Instância
	4	Serviço Empresarial de Busca e Análise de Dados de Alto Desempenho - Ambiente de Não-Produção	3	Instância
SERVIÇOS DE CONSULTORIA À PLATAFORMA (24 meses - sob demanda)				
2	5	Serviço de consultoria especializada contemplando a instalação, configuração, desenvolvimento, implantação e manutenção de portais e sítios do TJRR	4032	Horas

4.3. Modalidade e Tipo de Licitação

4.3.1. Dada a natureza do objeto, a modalidade de licitação mais adequada seria o "Pregão", preferencialmente em sua forma eletrônica, e utilizando o critério de seleção do "Menor Preço". Essa modalidade de licitação busca assegurar a obtenção da melhor proposta com o menor valor, garantindo assim uma seleção mais eficiente e econômica para a Administração Pública.

4.4. Qualificação econômico-financeira

4.4.1. Quanto à qualificação econômico-financeira, observado o art. 69 da Lei 14.133/2021, a fim da licitante demonstrar a aptidão para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, deverão ser exigidos:

- Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;
- Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. Para fins de habilitação, a(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar os seguintes documentos:

5.1.1. Comprovação de credenciamento junto a Liferay, por meio de declaração de parceria válida emitida pelo próprio fabricante, atestando que o parceiro possui habilitação mínima Partner Level Silver conforme Liferay's Partner Program.

- A certificação Liferay visa garantir ao Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) que o parceiro possui acesso integral e célere a todas as informações do fabricante para a resolução de problemas e suporte às aplicações desenvolvidas na plataforma, bem como está apto a comercializar e prestar serviços nas tecnologias Liferay.

5.1.2. Particularmente em relação ao **Grupo 1 (Itens 1, 2, 3 e 4)** é exigida:

5.1.2.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de 01 (um) ou mais atestados, emitido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, demonstrando que prestou ou presta satisfatoriamente serviços no fornecimento de, pelo menos, 2 (duas) subscrições Liferay DXP.

5.1.3. Em relação ao **Grupo 2 (Item 5)** é exigida:

5.1.3.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, por meio da apresentação de 01 (um) ou mais atestados, emitido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, demonstrando que prestou ou presta satisfatoriamente serviços contemplando, no mínimo, a execução de 1600 (mil e seiscentas) horas em atividades de consultoria técnica voltada ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sítios e/ou portais utilizando a ferramenta Liferay DXP na versão comercial.

5.1.3.2. Declaração de que disponibilizará profissionais com experiência mínima de 2 (dois) anos em projetos relativos à infraestrutura da ferramenta Liferay DXP Self-Hosted (On-Premise), nível de suporte Gold;

- A qualificação e o tempo de experiência dos profissionais deverão ser comprovados por meio da apresentação de seus currículos quando houver solicitação pelo CONTRATANTE;
- Os dados informados nos currículos deverão ser comprovados por meio de diplomas, declarações da instituição de ensino, certificados, registros em carteira de trabalho ou contratos de trabalho assinados e serão exibidos à CONTRATANTE sempre que solicitado;

5.1.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a data de início e de término da prestação dos serviços, caso já tenham sido finalizados, além de informações tais como:

- Razão Social, CNPJ e endereço completo da empresa Emitente;
- Razão Social, CNPJ e endereço completo da empresa Contratada;
- Número e vigência do contrato, quando aplicável;

d. Descrição sobre o objeto contratado, com breve descritivo do produto e/ou quantidade de horas executadas no desenvolvimento, implantação e manutenção da solução em questão;

e. Declaração que atesta o atendimento satisfatório ao objeto da contratação;

f. Local e Data de Emissão;

g. Assinatura e identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, telefone e e-mail para contato e cargo ou função exercida junto à empresa Emitente).

5.1.5. Os atestados que, eventualmente, não contenham todas as informações complementares constantes no item 5.1.4, poderão ser complementados por meio de declaração complementar, emitida pela própria licitante.

5.1.6. O(s) atestado(s) apresentado(s) poderá(ão) ser objeto de diligência a critério da CONTRATANTE, para a verificação da autenticidade do conteúdo. Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

5.1.7. A exigência da comprovação de capacidade técnica é justificada pela necessidade de garantir que a(s) empresa(s) contratada(s) possua(m) o conhecimento e a experiência prévia necessários para fornecer uma solução de plataforma digital de experiência eficaz e compatível com as demandas do TJRR, dada a importância da oferta de serviços de qualidade e a garantia de uma experiência satisfatória aos usuários da plataforma.

6. PRAZOS

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

6.2. O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei n.º 14.133/2021.

6.3. Da vigência contratual

6.3.1. Para os **itens 1, 2, 3 e 4** por se tratarem de serviços de natureza continuada, terão prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo o prazo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, de acordo com o Art. 107 da Lei. 14.133/21.

6.3.2. Em relação **item 5**, devido à complexidade envolvida na implementação da solução de Plataforma de Experiência Digital (DXP), entende-se que a extensão de tempo é necessária para garantir uma transição suave e eficaz, permitindo a configuração adequada da plataforma, a customização e migração de dados de acordo com as necessidades do órgão. Destaca-se também a importância de um prazo mais longo para mitigar riscos potenciais durante o processo de implementação, como possíveis instabilidades ou interrupções dos serviços. Além disso, a continuidade de um contrato estável ao longo do tempo evita mudanças frequentes de provedores de serviço, reduzindo possíveis complicações técnicas e prejuízos à prestação dos serviços jurisdicionais. Portanto, a vigência proposta do contrato de **24 (vinte e quatro) meses** torna-se essencial para garantir a implantação, desenvolvimento e manutenção bem-sucedida da solução DXP, contados da assinatura do contrato, podendo o prazo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, de acordo com o Art. 107 da Lei. 14.133/21.

6.4. Os objetos relativos aos itens **1, 2, 3 e 4** descritos no tópico **2.3.1** deste TR, deverão ser entregues ao fiscal do contrato junto à nota fiscal na Subsecretaria de Sistemas da Secretaria de Tecnologia da Informação, situado no Prédio Administrativo Luiz Rosalvo Indrusiak Finn, situado na Avenida Capitão Ene Garcês, N. 1696 - Bairro São Francisco - CEP 69307-725 - Boa Vista - RR, no horário de expediente (8h às 14h).

6.5. O objeto relativo ao item **5**, descrito no tópico **2.3.1** deste TR, deverá ser recebido em conformidade com o tópico **"10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL"**.

7. ORÇAMENTO ESTIMADO

7.1. Com base na instrução do procedimento administrativo n.º 0015839-08.2023.8.23.8000, pode-se inferir que o valor estimado da contratação é de R\$ 2.474.983,14 (dois milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil novecentos e oitenta e três reais e quatorze centavos), conforme planilha de orçamento detalhada abaixo:

GRUPO 1 - SUBSCRIÇÕES (12 meses)					
Item	Descrição	Qtde.	Und.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Subscrição Lifera DXP - Nível de Suporte GOLD – Produção	2	Instância	R\$ 316.668,96	R\$ 633.337,92
2	Subscrição Lifera DXP - Nível de Suporte GOLD – Não Produção	3	Instância	R\$ 85.499,47	R\$ 256.498,41
3	Subscrição Enterprise Search – Produção	3	Instância	R\$ 76.017,01	R\$ 228.051,03
4	Subscrição Enterprise Search – Não Produção	3	Instância	R\$ 19.019,34	R\$ 57.058,02
GRUPO 2 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA À PLATAFORMA (24 meses - sob demanda)					
5	Serviços de Consultoria Especializada	4032	Horas	R\$ 322,43	R\$ 1.300.037,76
VALOR TOTAL (R\$)					R\$ 2.474.983,14

7.2. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.

7.3. O quantitativo de serviço apresentado no item 5 é uma estimativa, razão pela qual a CONTRATANTE não está obrigada a realizar a execução em sua totalidade, sendo realizada sob demanda, mediante expedição de ordem de serviço específica à CONTRATADA, durante a vigência contratual.

8. GARANTIA

8.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, por meio da FISCALIZAÇÃO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por:

- a. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b. seguro-garantia;
- c. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

8.1.1. O prazo para apresentação de garantia contratual é prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.2. A garantia deverá possuir validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, conforme inciso I, do art. 97 da Lei 14.133/2021.

8.3. Nos termos do art. 97, inciso I, da Lei 14.133/2021, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

9. OBRIGAÇÕES

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a. manter equipe técnica qualificada e capacitada em todas as tecnologias e plataformas que compõe a solução ofertada durante a vigência contratual;
- b. manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- c. executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- d. manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e cumprindo todas as condições exigidas para habilitação;
- e. tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- f. executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- g. manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- h. prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- i. assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- j. realizar os serviços em rígida observância ao Termo de Referência;
- k. conhecer minuciosamente o Termo de Referência em todas as suas partes.
- l. emitir e proceder à entrega do relatório atividade e das faturas eletrônicas em nome do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, no início de cada mês subsequente ao consumo de horas, no mínimo 15 dias antes do vencimento, em endereço eletrônico a ser informado pela CONTRATANTE, quando se fará o registro do horário e dia da entrega, para efeito de controle de prazo para pagamento ou sistema eletrônico de fatura.
- m. em caso de execução de serviços, comprovar, para a execução do contrato, a compatibilidade do código CNAE e seu subitem da lista de serviços da LC 116/2003, em relação ao objeto contratado, para viabilizar a correta retenção dos tributos devidos.

9.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. a veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. subcontratação do objeto; e
- c. nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

9.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:

- a. prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b. efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- c. comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução do objeto;
- d. nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- e. rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação constante deste instrumento. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

9.4. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

- a. Após o recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 03 (três) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016;
- b. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br;
- c. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual;
- d. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
- e. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no subitem 9.4.a;
- f. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica;
- g. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia;
- h. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel;

- i. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail;
- j. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

Rotinas de Fiscalização Contratual

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

10.3. A CONTRATADA apresentará faturamento com detalhamento dos serviços prestados no período faturado em conformidade com o Subitem 9.1.

10.4. Para o item 5, que são horas, o pagamento será mensal por demanda, obedecendo o critério de faturamento.

10.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

10.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.7. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

10.8. A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

10.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.10. O Tribunal de Justiça de Roraima poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

10.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento

10.13. Concluída a execução do objeto, a fiscalização do contrato terá a oportunidade de aferir a aderência do serviço prestado ante ao que foi especificado neste Termo de Referência e comprometido mediante proposta.

10.14. Ao final da execução de cada Plano de Atividades, a CONTRATADA encaminhará à equipe técnica do TJRR um relatório contendo as informações necessárias para aferição da qualidade dos serviços prestados, contendo, pelo menos, o detalhamento das atividades executadas e a quantidade efetivas de horas realizadas.

10.15. A fiscalização da qualidade do serviço prestado ocorrerá conforme os indicadores a seguir:

Item	Descrição
Finalidade	Garantir os padrões de atendimento às solicitações do TJRR
Meta a cumprir	Executar 100% das atividades previstas no Plano de Atividades
Instrumento de medição	Através de ferramenta de monitoramento da CONTRATANTE e/ou outra ferramenta disponibilizada pela CONTRATADA
Forma de acompanhamento	Relatório
Periodicidade	Conforme cronograma do Plano de Atividades
Mecanismo de cálculo	Para o cálculo no pagamento, considera-se a quantidade de solicitações que não foram concluídas pela CONTRATADA dentro do prazo pactuado
Início da vigência	Data de início da vigência do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	De 1 a 3 ocorrências em atraso - Dedução de 1% na fatura; De 4 a 6 ocorrências em atraso - Dedução de 2% na fatura; De 7 a 9 ocorrências em atraso - Dedução de 3% na fatura; De 9 a 12 ocorrências em atraso - Dedução de 4% na fatura; De 13 a 15 ocorrências em atraso - Dedução de 5% na fatura. Para os casos de acúmulo acima de 15 (quinze) ocorrências, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no instrumento contratual.

Do Recebimento

10.16. Os objetos serão recebidos provisoriamente, a contar da comunicação pela CONTRATADA de adimplimento da obrigação contratual.

10.17. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data da emissão do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, momento em que a contratada poderá emitir a fatura, acompanhada da certidão SICAF, ou das certidões que substitua o SICAF.

Do Recebimento Provisório

10.18. O objeto será recebido provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, após sua entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e critérios de aceitação.

10.19. O objeto entregue poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações ou critérios de aceitação, devendo ser substituído no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Do Recebimento Definitivo

10.20. O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do Recebimento Provisório.

10.21. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor.

10.22. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

10.23. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

11. PENALIDADES

11.1. As infrações e sanções administrativas previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

11.2. A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

11.2.1. As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

11.2.3. A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

11.3. A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

11.3.1. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

11.3.2. Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

11.3.3. A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

11.3.3.1. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

11.3.3.2. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

11.4. As sanções serão aplicadas definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

11.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone(s):

E-mail:

Nome do Responsável:

Data de emissão:

Validade da proposta:

GRUPO 1 - SUBSCRIÇÕES (12 meses)					
Item	Descrição	Qtde.	Und.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Subscrição LiferaY DXP - Nível de Suporte GOLD – Produção	2	Instância		
2	Subscrição LiferaY DXP - Nível de Suporte GOLD – Não Produção	3	Instância		
3	Subscrição Enterprise Search – Produção	3	Instância		
4	Subscrição Enterprise Search – Não Produção	3	Instância		
GRUPO 2 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA À PLATAFORMA (24 meses - sob demanda)					
5	Serviços de Consultoria Especializada	4032	Horas		
VALOR TOTAL (R\$)					

Cidade – UF, ____ de ____ de ____.

Assinatura/Carimbo do Responsável

ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/TJRR

A empresa _____, parte **CONTRATADA** no contrato __/__, neste ato representado pelo(a) Sr. (a) _____, portador(a) da CI/RG n.º _____ e do CPF nº _____, compromete-se, por intermédio do presente termo, a não divulgar sem prévia autorização informações confidenciais pertencentes ou custodiadas pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA (TJRR)** às quais tiver acesso em decorrência da prestação do objeto do citado contrato, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Consideram-se informações confidenciais aquelas referentes a dados pessoais e dados pessoais sensíveis existentes no ambiente tecnológico ou físico do TJRR ou por ele contratado, bases de dados, topologias, planos, políticas, processos, códigos-fonte, serviços e sistemas tecnológicos vinculados ao TJRR.

§ 1º Em relação aos dados pessoais e dados pessoais sensíveis do TJRR, a **CONTRATADA** deverá realizar o tratamento de acordo com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) com a Política de Proteção e Privacidade de Dados Pessoais do TJRR.

§ 2º – Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a **CONTRATADA** deverá tratar a mesma sob sigilo até que venha a ser autorizada por escrito pelo TJRR a tratá-la diferentemente. De forma alguma se interpretará o silêncio do TJRR como a liberação do compromisso de manter o sigilo da informação.

§ 3º Excluem-se das disposições desta Cláusula informações que já estiverem comprovadamente disponíveis ao público em geral de qualquer forma que não em decorrência de sua revelação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA: A **CONTRATADA** concorda que as informações às quais terá acesso serão utilizadas exclusivamente no desempenho das atividades necessárias para execução do objeto contratado, em conformidade com o presente TERMO.

CLÁUSULA TERCEIRA: A **CONTRATADA** obriga-se a conhecer e observar a Política de Segurança da Informação disponível no site do TJRR.

CLÁUSULA QUARTA: A **CONTRATADA** compromete-se a aplicar boas práticas de mercado relacionadas à segurança da informação (como, por exemplo, ABNT NBR 27002:2019, CIS Controls, OWASP, NIST Cybersecurity Framework, dentre outras), pertinentes ao serviço prestado, para garantir a segurança do seu ambiente tecnológico de forma a atender os Acordos de Níveis de Serviços (ANS) e os Acordos de Nível Operacional (ANO) estabelecidos em contrato, bem como garantir a proteção da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações do TJRR que vierem a ser tratadas em seu ambiente tecnológico.

CLÁUSULA QUINTA: A **CONTRATADA** determinará a todos os seus representantes - assim considerados, diretores, administradores, sócios, empregados, prepostos, agentes, colaboradores e prestadores de serviço a qualquer título (incluindo consultores e assessores) que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços - a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

CLÁUSULA SEXTA: Caso a **CONTRATADA** seja obrigada, em decorrência de intimação de autoridade judiciária ou fiscal, a revelar quaisquer informações, notificará por escrito ao TJRR imediatamente acerca da referida intimação, de forma a permitir que o TJRR possa optar entre interpor a medida cabível contra a ordem judicial ou administrativa ou consentir, por escrito, com a referida revelação.

CLÁUSULA SÉTIMA: A **CONTRATADA** obriga-se a informar imediatamente ao TJRR qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

CLÁUSULA OITAVA: A **CONTRATADA** obriga-se a informar imediatamente ao TJRR a ocorrência de incidentes, tecnológicos ou não, que possam comprometer (ou possam ter comprometido) a confidencialidade, integridade ou a disponibilidade das informações do TJRR que são tratadas em seu ambiente tecnológico ou o cumprimento de ANS e ANO, bem como as medidas adotadas para contenção, tratamento, resposta e erradicação dos incidentes.

CLÁUSULA NONA: O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

Boa Vista/RR, ____ de _____ de 20__.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO RICHARD PERDIZ ITAPIREMA, Subsecretário(a)**, em 13/06/2024, às 09:59, conforme art. 1º, III, "b", da nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **JÁDILA COSTA COTRIM, Integrante Técnico**, em 14/06/2024, às 08:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/20



Documento assinado eletronicamente por **GESIEL MORAIS SOUZA, Analista Judiciário(a)**, em 14/06/2024, às 09:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419 nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2019727** e o código CRC **42E7D116**.

ANEXO II

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n.º 00/2024.

Data do certame: 00/00/2024, às 10h00min.

Procedimento Administrativo n.º 0015839-08.2023.8.23.8000

OBJETO: Formação de registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de Plataforma de Experiência Digital Liferay (suporte nível GOLD) e serviços de consultoria especializada para configuração, desenvolvimento e implantação de portais, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

GRUPO 1 - SUBSCRIÇÕES (12 meses)					
Item	Descrição	Qtde.	Und.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Subscrição Liferay DXP - Nível de Suporte GOLD – Produção, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	2	Instância		
2	Subscrição Liferay DXP - Nível de Suporte GOLD – Não Produção, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	3	Instância		
3	Subscrição Enterprise Search – Produção, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	3	Instância		
4	Subscrição Enterprise Search – Não Produção, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	3	Instância		
GRUPO 2 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA À PLATAFORMA (24 meses - sob demanda)					
5	Serviços de Consultoria Especializada, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	4032	Horas		
VALOR TOTAL (R\$)					

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço Completo com CEP:

Fone/Fax/Celular:

E-mail:

Banco/Nome e nº. da Agência/Conta Corrente

Prazo de Validade da Proposta:

Local e Data:

nome e assinatura do representante legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 000/2024

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV

TERMO DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A empresa _____ (NOME DAS EMPRESA), inscrita sob o CNPJ nº se compromete a contribuir com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e efetivar, em processos internos e externos, o cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Bem como, observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 400/2021, e pelo [Plano de Logística Sustentável do TJRR](#), instituído pela [Portaria nº 685 TJRR/PR, de 27 de abril de 2023](#).

Local e data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços N.º 000/2024

Procedimento Administrativo n.º 0015839-08.2023.8.23.8000

Pregão Eletrônico n.º 000/2024

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado(a) pelo(a) ...(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º de de de, inscrito no CPF sob o n.º Portador(a) da Carteira de Identidade n.º, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, na Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, e no Decreto n.º 11.462/2023, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para contratação de empresa especializada para fornecimento de Plataforma de Experiência Digital Liferay (suporte nível GOLD) e serviços de consultoria especializada para configuração, desenvolvimento e implantação de portais, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação** no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, porrogáveis na forma do Decreto 11.462/2023.

2.2. O Edital do **Pregão** Eletrônico n.º 000/2024 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do Pregão eletrônico, independente de transcrição.

3. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTATIVOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 3.1**.

3.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.

3.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. O instrumento contratual, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b. mantiverem sua proposta original.

4.4. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.6. Os convocados no cadastrado reserva ou da classificação remanescente, passarão por processo de habilitação previsto em edital, quando convocados.

4.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **subitem 4.3**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- d. d. no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, sendo necessária a análise das condições de habilitação nos moldes previstos em edital.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 6.2** e no **subitem 6.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.e
- e. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a. por razão de interesse público;
- b. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c. se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas instrumento convocatório.

8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO do instrumento convocatório

10. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

10.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO 1					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
1					
2					
3					
4					
Valor Total (R\$)					

GRUPO 2					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
5					
Valor Total (R\$)					

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista - RR ____ de _____ de 2024.

	Representante
Nome Secretário de Gestão Administrativa	legal Empresa

ANEXO I - FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA

CADASTRO RESERVA	
Classificação	Licitante

ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA

FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA	
Classificação	Licitante

ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO
EP. (2036385)

MINUTA DE CONTRATO - PR/SG/SGA/SUBCON

Contratação de empresa especializada para fornecimento de Plataforma de Experiência Digital Liferay (suporte nível GOLD) e serviços de consultoria especializada para configuração, desenvolvimento e implantação de portais (ARP nº ____/____ e P.E n. ____/____), para atender demanda do Tribunal de Justiça de Roraima, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e _____.

CONTRATANTE: **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, _____, união estável, brasileiro, matrícula nº. - _____.

CONTRATADO: _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, com sede localizada na Rua _____, Bairro _____, CEP.: _____-____, ____/____, Telefones: (____) _____, E-mail: _____, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor (a) _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Cláusula Primeira – Objeto

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para fornecimento de Plataforma de Experiência Digital Liferay (suporte nível GOLD) e serviços de consultoria especializada para configuração, desenvolvimento e implantação de portais, para atender demanda do Tribunal de Justiça de Roraima, nas condições estabelecidas no Termo de Referência 23/2024.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 1 - SUBSCRIÇÕES (12 meses)					
Item	Descrição	Qtde.	Und.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

1	Subscrição Liféray DXP - Nível de Suporte GOLD – Produção		Instância		
2	Subscrição Liféray DXP - Nível de Suporte GOLD – Não Produção		Instância		
3	Subscrição Enterprise Search – Produção		Instância		
4	Subscrição Enterprise Search – Não Produção		Instância		
GRUPO 2 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA À PLATAFORMA (24 meses - sob demanda)					
5	Serviços de Consultoria Especializada		Horas		
VALOR TOTAL (R\$)					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência (2019727);

1.3.2. O Edital de Licitação (_____);

1.3.3. A Proposta do contratado (_____);

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação

2.1. Para os **itens 1, 2, 3 e 4** por se tratarem de serviços de natureza continuada, terão prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo o prazo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, de acordo com o Art. 107 da Lei. 14.133/21.

2.2. Em relação **item 5**, devido à complexidade envolvida na implementação da solução de Plataforma de Experiência Digital (DXP), entende-se que a extensão de tempo é necessária para garantir uma transição suave e eficaz, permitindo a configuração adequada da plataforma, a customização e migração de dados de acordo com as necessidades do órgão. Destaca-se também a importância de um prazo mais longo para mitigar riscos potenciais durante o processo de implementação, como possíveis instabilidades ou interrupções dos serviços. Além disso, a continuidade de um contrato estável ao longo do tempo evita mudanças frequentes de provedores de serviço, reduzindo possíveis complicações técnicas e prejuízos à prestação dos serviços jurisdicionais. Portanto, a vigência proposta do contrato de **24 (vinte e quatro) meses** torna-se essencial para garantir a implantação, desenvolvimento e manutenção bem-sucedida da solução DXP, contados da assinatura do contrato, podendo o prazo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, de acordo com o Art. 107 da Lei. 14.133/21.

2.3. A prorrogação de que trata esses itens é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência nº. 23/2024 (2019727).

Cláusula Quarta – Subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Cláusula Quinta - Preço e Pagamento

5.1. Preço:

5.1.2. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

5.1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Forma de Pagamento:

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.2.3. Os **Itens 1, 2, 3 e 4** terão pagamento único, e em relação ao **item 5** tratar-se-á de um pagamento de acordo com a efetiva demanda de horas de consultoria.

5.3. Prazo de Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica

5.4. Condições de Pagamento:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante, conforme consta na nota de empenho - TJRR ou FUNDEJURR;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar;
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g. Cadastro Nacional de Atividade - CNAE, correspondente ao serviço contratado;
- h. Código da Classificação do Serviço (LC 116/2003);
- i. Nomenclatura do(s) imposto(s) incidente(s);
- j. Alíquota do(s) imposto(s) incidente(s);
- k. Valor do(s) imposto(s);
- l. Parcela(s) isenta(s) de tributos, caso possua;
- m. Dados bancários vinculados ao CNPJ da empresa contratada;
- n. informação se é optante do **SIMPLES NACIONAL**; e
- o. Declaração de imunidade ou isenção de tributos, conforme Anexos II e III da Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Cláusula Sexta - Reajuste

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/6/2024 (2019727).

6.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação, e no limite do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade:

Fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do caput desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

6.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **Contratada**, nos termos do item 6.1. desta cláusula.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. Na prorrogação do contrato, não havendo a divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante realizará a devida atualização assim que o(s) índice(s) estiver(em) disponível(is), por meio da formalização de Termo de Apostilamento

6.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cláusula Sétima - Obrigações do Contratante

7.1. Além das Obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- k. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- l. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- n. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Cláusula Oitava - Obrigações do Contratado

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- b. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- e. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- i. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- j. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- k. Realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;
- l. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- m. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- n. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- o. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- p. Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- q. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- r. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- s. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- t. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- u. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- v. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- w. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- x. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

- y. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- z. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- aa. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres;
- ab. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- ac. Executar o serviço contratado, satisfatoriamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos pelo Instrumento de Medição dos Resultados;
- ad. Assinar o termo de ciência do Código de ética do Poder Judiciário de Roraima (Resolução nº 73/2023), constante no Anexo II, o qual será encaminhado pela CONTRATADA ao endereço eletrônico do CONTRATADO;
- ae. O fornecedor deve cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis em sua área de atuação, cumprindo as obrigações de compliance (Resolução TJRR/TP n. 71/2022); e
- af. Manter a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelo Contratante durante a execução dos Serviços.

8.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

8.3. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:

8.3.1. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

8.3.1.1. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio www.tjrr.jus.br.

8.3.1.2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

8.3.2. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no Termo de Referência.

8.3.3. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 10 (dez) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

8.3.4. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerará-se devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

8.3.5. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

8.3.6. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (Anexo I) onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

8.3.6.1. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas e outras questões referentes ao objeto.

Cláusula Nona – Garantia de Execução

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de execução nos termos e valores estabelecidos no Edital de Licitação e no Contrato Administrativo, nos moldes do artigo 96 da Lei 14.133/2021 e §7º, artigo 1º, da [Lei nº 14.770, de 2023](#).

9.2. A garantia de execução será apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por:

- a. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b. seguro-garantia;
- c. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- d. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

9.1.1. O prazo para apresentação de garantia contratual é prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.2. A garantia deverá possuir validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, conforme inciso I, do art. 97 da Lei 14.133/2021.

9.3. Nos termos do art. 97, inciso I, da Lei 14.133/2021, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

Cláusula Décima - Obrigações Pertinentes à LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas

11.1. As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

11.2. A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima; e
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

11.2.1. As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.2.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

11.2.3. A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

11.3. A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato; e
- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

11.3.1. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

11.3.2. Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

11.3.3. A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

11.3.3.1. A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

11.3.3.2. A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

11.4. Da aplicação das penalidades definidas na Cláusula Décima, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

11.5. O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.

11.6. As sanções será aplicada definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

11.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

Cláusula Décima Segunda – Da Extinção Contratual

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei; e
- b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº 00.000.00.000.0000.0000 - _____, elemento de despesa 0.0.00.00 - _____, da Unidade Orçamentária _____.

13.2. A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

Cláusula Décima Quarta – Dos Prazos

14.1. O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei 14.133/2021.

Cláusula Décima Quinta – Dos Casos Omissos

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Cláusula Décima Sexta – Alterações

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Cláusula Décima Sétima – Publicação

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Diário da Justiça Eletrônico deste Poder Judiciário, de forma a atender à Res. TJRR nº 5/2007.

Cláusula Décima Oitava – Foro

18.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

ANEXO I

Declaração de Preposto
Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa, declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº ____/____.
Nome do Preposto:
CPF:
RG:
Qualificação Profissional:
Endereço:
Telefone/WhatsApp:
E-mail:

ANEXO II

Declaração de Ciência do Código de Ética do TJRR
Eu, _____, representante legal da empresa _____, CONTRATADA deste Egrégio Tribunal, por meio da formalização do Contrato nº ____/____, DECLARO ter pleno conhecimento do Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, comprometendo-me a agir de acordo com seus princípios, de forma ética, respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas, evitando conflitos de interesse e mantendo a confidencialidade das informações, instituído por meio da Resolução TJRR/TP nº 73 de 14 de dezembro de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE nº 7293 de 28 de dezembro de 2022 (CÓDIGO DE ÉTICA - RESOLUÇÃO 73/2022). Zelarei pela qualidade da prestação dos

meus serviços e reportarei qualquer violação ao código. Assumo a responsabilidade por minhas ações e estou ciente das consequências em caso de descumprimento.

Boa Vista, RR ____/____/____.

ANEXO III

Declaração de Antinepotismo e não Emprego de Menor

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o _____, DECLARA:

- a. para fins do disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- b. que não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento neste Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, bem como sócios e empregados que possuam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme disciplina a Resolução n.º 07, de 18/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, alterada pela Resolução n.º 229, de 22/06/2016.

ANEXO IV

Termo de Confidencialidade

Este Termo de Confidencialidade foi celebrado em [DATA], entre:

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, doravante denominado "Parte Receptora";

e

[_____] , doravante denominado "Parte Receptora".

A Parte Divulgadora e a Parte Receptora são coletivamente referidas como "Partes" e individualmente como "Parte".

1. Definição de Informações Confidenciais

As "Informações Confidenciais" referem-se a todas as informações divulgadas pela Parte Divulgadora à Parte Receptora durante o período deste Termo, seja de forma verbal, escrita, eletrônica ou de outra forma, que sejam marcadas como confidenciais ou que, devido à sua natureza, a Parte Receptora razoavelmente deveria entender como confidenciais.

2. Obrigação de Confidencialidade

A Parte Receptora concorda em manter as Informações Confidenciais em sigilo e não divulgar, reproduzir, distribuir ou usar de qualquer forma as Informações Confidenciais, exceto no âmbito necessário para cumprir os fins deste acordo. A Parte Receptora também concorda em tomar medidas razoáveis para proteger as Informações Confidenciais contra divulgação não autorizada.

3. Uso das Informações Confidenciais

A Parte Receptora concorda em usar as Informações Confidenciais apenas para os fins especificados neste acordo e não para obter benefícios indevidos ou prejudicar a Parte Divulgadora de qualquer forma.

4. Prazo

Este Termo de Confidencialidade permanecerá em vigor a partir da Data Efetiva e continuará em vigor até [DATA DE TÉRMINO], a menos que seja encerrado anteriormente por escrito por ambas as Partes.

5. Devolução de Informações Confidenciais

Após o término deste acordo, a Parte Receptora deverá devolver todas as Informações Confidenciais à Parte Divulgadora, ou destruir todas as cópias, a critério da Parte Divulgadora.

6. Isenção de Garantias

Nenhuma garantia, expressa ou implícita, é fornecida quanto à precisão ou integridade das Informações Confidenciais.

7. Lei Aplicável

Este Termo será regido e interpretado de acordo com as leis do [ESTADO OU PAÍS] e quaisquer litígios decorrentes deste acordo serão resolvidos nos tribunais competentes do [ESTADO OU PAÍS].

8. Inteiro Acordo

Este Termo de Confidencialidade constitui o acordo integral entre as Partes com relação ao assunto tratado e substitui todos os acordos, representações e entendimentos anteriores ou contemporâneos.

Assinaturas das Partes:

[ASSINATURA DA PARTE DIVULGADORA] [ASSINATURA DA PARTE RECEPTORA]

[SEU NOME OU NOME DA EMPRESA] [NOME DA PARTE RECEPTORA]

Data: [DATA]



Documento assinado eletronicamente por **CARLA ROCHA FERNANDES, Subsecretário(a) em exercício**, em 19/06/2024, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", c TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2036385** e o código CRC **FCD48E87**.



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL MARTINS DA SILVA NETO, Subsecretário(a)**, em 04/07/2024, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2053147** e o código CRC **88374A10**.
